

# Entregue a Ulysses proposta da Fiesp contra a estatização

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem as propostas de emenda popular da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp, com mais de um milhão de assinaturas, contra a estatização da economia e a favor da manutenção do Sesc, Sesi, Senai e Senac na iniciativa privada. O número de assinaturas era tão grande que Ulysses Guimarães teve que deixar o seu gabinete e ir até a entrada da Câmara para receber do presidente da Fiesp, Mário Amato, e de vários empresários, a montanha de pacotes.

“Não sei onde vou arrumar lugar para essa montanha de papéis”, disse, bem humorado, Ulysses Guimarães, “Isso é muito bom para a indústria de papéis”, respondeu o vice-presidente da Federação, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, coordenador da coleta de assinaturas.

Mário Amato, na solenidade de apresentação das propostas, afirmou que os empresários não querem “nenhum privilégio. Queremos um Brasil forte, irmanado no capital e no trabalho”, ressaltou. “Temos a certeza de que o senhor será o nosso homem e que vai fazer aquilo que desejamos: eliminar os focos de miséria, garantir igualdade para todos e a harmonia tão desejada entre ca-

pital e trabalho, num desenvolvimento integrado”.

Ainda ao lado do presidente da Constituinte, Mário Amato deu entrevista coletiva à imprensa, afirmando que é contra a estabilidade no emprego, na forma prevista no substitutivo da Comissão de Sistematização. “Defendemos algumas modificações. Em primeiro lugar, achamos que parece importante não se proibir que se trabalhe mais de 40 horas”, explicou. “A jornada de trabalho deve ficar a critério da negociação entre empregadores e empregados”.

Ele afirmou, ainda, que é contra a dispensa imotivada — “tem que haver razões preponderantes para a dispensa” —, mas observou que esses assuntos não devem ser tratados no texto constitucional. “Acho que isso deveria ser tratado somente na legislação ordinária que regulamentará a futura Constituição”.

O presidente da constituinte afirmou, por sua vez, que recebia com “muita alegria” a contribuição dos empresários à Constituinte, salientando que as propostas de emendas populares eram “uma demonstração de que o setor produtivo também se associa às reivindicações em benefício do povo brasileiro”.